

PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS E AS RELAÇÕES COM A EF NO CURRÍCULO DE CAUCAIA

Carlos Átila Lima dos Santos,

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maria Eleni Henrique da Silva,

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Arliene Stephanie Menezes Pereira,

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

RESUMO

A história de Caucaia está imbuída nas relações indígenas, logo as questões educacionais não estariam distantes dessas aproximações. Assim, o objetivo é analisar as relações étnico-raciais indígenas na EF dispostas no currículo do município de Caucaia. Usando como método a análise documental. O documento não avança em relação à BNCC e as práticas indígenas estão apenas em três unidades temáticas. Por fim, é necessário impulsionar e implementar temáticas da justiça social nos currículos.

PALAVRAS-CHAVE: relações étnico-raciais indígenas; práticas corporais; currículo.

INTRODUÇÃO

Com a homologação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), posteriormente alterada para Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), a história da cultura indígena, afro-brasileira e africana tornou-se estudo obrigatório nas propostas pedagógicas e curriculares da Educação Básica nos níveis do Ensino Fundamental e Médio. Isso em decorrência, principalmente, da luta antirracista no Brasil a fim de garantir espaço para compreender a historicidade das culturas que constituem o país e ampliar o enfrentamento aos danos do estruturalismo racial.

Durante o período de apropriação dos portugueses no Brasil, a ordem religiosa formada por padres, a Companhia de Jesus, também conhecidos como jesuítas, possuía como principais missões disciplinar, catequizar, aculturar e educar os povos indígenas conforme suas doutrinas na fé católica. Conforme as ações missionárias expandiam-se pelo Brasil, os jesuítas aportaram no então conhecido estado do Ceará (MACIEL; SHIGUNOV NETO,

2006; IBGE, 1959). Um dos principais aldeamentos no estado estava situado em Caucaia, local onde estavam/estão situados os povos Tapebas e Anacés.

Entretanto, o método jesuítico de ensino teve seu encerramento durante a Reforma de Pombalina, destinando a responsabilidade do ensino a Coroa Portuguesa, pois, a Companhia, segundo o marquês de Pombal, elevou a decadência cultural e educacional brasileira e portuguesa (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006). Com a retirada dos jesuítas do país, a Coroa elevou as aldeias as condições de vila, logo Caucaia tornou-se a Vila de Soure que, posteriormente, retomou o nome da antiga aldeia (IBGE, 1959).

Com isso, a tessitura do município de Caucaia, atual região metropolitana de Fortaleza, é inconciliável com a tradição, costumes e cultura dos povos indígenas. Assim, pensando nas reformas educacionais, nos trâmites legais e marcos histórico-sociais bem como mais recente a construção e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), novas discussões sobre os rumos educacionais emergiram, pois, esse documento seria um normatizador, subsidiando os currículos da Educação Básica. A BNCC representa a hegemonia de uma concepção de escolarização e educação, já que no Brasil nunca houve uma definição, ao nível curricular, do que deveria ser ensinado em cada disciplina ao longo dos diferentes anos e ciclos de escolarização em todo território (FREITAS, 2014; MACEDO, 2019).

Com vistas a atender as demandas que o documento federal propõe, o Estado do Ceará divulgou o Documento Curricular Referencial do Ceará (CEARÁ, 2019) com fundamentação na BNCC e disponibilizou as Secretarias Municipais de Educação. Assim, no ano de 2020, o município de Caucaia, aportado pelos dois documentos anteriores, formulou e disponibilizou o Documento Referencial Curricular do Município de Caucaia (CAUCAIA, 2020).

Assim, de acordo com a própria legislação (BRASIL, 2003, 2008), as disciplinas que compõem a Educação Básica devem incorporar as temáticas referentes as relações indígenas e afro-brasileiras, logo, a Educação Física (EF), como componente obrigatório (BRASIL, 1996), deve tematizar a cultura e prática corporal como elemento originário das comunidades indígenas e dos povos afro-diaspóricos/originários da África (PEREIRA *et al.*, 2019). Apesar disso, a área possui uma ausência da construção da diversidade étnico-racial nas entrelinhas dos currículos de formação inicial e nas próprias práticas pedagógicas no espaço escolar, uma

vez que, desde os movimentos renovadores e abordagens, a EF teve dificuldade de incorporar as contribuições desses povos que são invisibilizados.

Assim, o objetivo desse trabalho é analisar as relações étnico-raciais indígenas na Educação Física dispostas no currículo do município de Caucaia. Pois acreditamos que é fundamental compreender como os currículos que embasam a elaboração dos projetos pedagógicos aproximam os(as) professores(as) da compreensão e implementação da temática nas aulas.

O estudo possui natureza qualitativa de análise documental descritiva, buscando investigar as relações com as práticas corporais indígenas na EF e sua construção dentro do documento, compreendermos que “a dificuldade mais expressiva ao analisar documentos oficiais é o desconhecimento dos meandros de sua criação e a impossibilidade de controle sobre aspectos importantes, inerentes ao histórico, às pessoas e ou outros fatos de sua origem” (ETO; NEIRA, 2014, p. 06).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A parte do documento específica a EF expõe, em suas entrelinhas iniciais, que o papel da área está em tornar o ambiente escolar atrativo por meio da prática de atividades físicas e também fomentar um(a) estudante fisicamente ativo, ou seja, mostrando um texto raso e que não avança quanto a condição do componente e evidencia um discurso tradicional e desvinculado das relações culturais que foram construídas por anos de estudos e transgressões dos(as) professores(as).

O documento está dividido em duas partes: anos iniciais e anos finais. A EF segue o direcionamento da BNCC (2018) da divisão por ciclos, logo, assim como na Base, as práticas corporais de matriz indígena e africana surgem como objeto de conhecimento apenas no ciclo do 3º ao 5º ano e nas Unidades Temáticas de brincadeiras e jogos, danças e lutas.

Diferente da BNCC, o currículo matriz de Caucaia, em seus textos base iniciais, possui um capítulo que expõe a Educação Escolar Indígena do município, entretanto, a partir das especificidades de cada componente, o documento não avança e, em boa parte, apenas reproduz o que o documento nacional pauta, desconsiderando a relação social e histórica e que permeia o município, por exemplo, ao definir que as práticas indígenas devem apenas

surgir em pré-determinados conhecimentos, desvinculando-as das outras unidades, por exemplo do esporte e da ginástica.

“Colocar as leis 10.639 e 11.645 em pauta nos currículos das escolas e na disciplina de educação física é muito mais do que seguir a lei, é fazer valer processos sociais e históricos de lutas pelo reconhecimento desses povos” (PEREIRA *et al.*, 2019, p. 417). Dessa forma, é importante refletir sobre os interesses que emergem na elaboração curricular e nas implicações na prática dos(as) professores(as), conformem a pesquisa dos autores citados anteriormente que apontam que há um desconhecimento das leis por alguns(algumas) professores(as) de EF de Fortaleza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atentamos para alguns pontos fundamentais quanto as relações da Educação Física e as práticas corporais indígenas no município de Caucaia. Primeiramente, é preciso compreender que, apesar do município possuir modalidade escolar indígena (CAUCAIA, 2020), isso não deve ser um ponto para diminuir e restringir o conhecimento da cultura e prática corporal indígena a essas escolas, pois as Leis referem-se a toda Educação Básica e não somente nas modalidades.

É urgente pautar um currículo alinhado as relações dialógicas, reflexivas e críticas e que impulse temáticas relacionadas as justiça sociais, sendo a Educação Básica um espaço que edifica as identidades dos sujeitos que a constituem, e, para isso, torna-se fundamental um fortalecimento da luta contra as condições de cultura colonizada da América Latina dentro das formações de professores(as) (SANCHES NETO; VENÂNCIO, 2020; VENÂNCIO *et al.*, 2021). Cabe ressaltar, também, que somente levantar os pensamentos sobre desigualdades, injustiças e preconceitos não responde aos anseios da sociedade em que estamos inseridos, pois é preciso questionar as estruturas que corroboram para essas relações (SANTOS *et al.*, 2020).

Por fim, a EF deve assumir um papel de responsabilidade progressista, pois já não convém reproduzir e manter ações tradicionais que não auxiliam os docentes a lidarem com as imprevisibilidades da prática cotidiana pedagógica, é preciso construir uma identidade de afirmação social e positiva do(a) negro(a) e do(a) indígena, apropriando-nos de estratégias educativas de confronto as formas de discriminação étnica, introduzindo e oportunizando



os(as) alunos(as) práticas pedagógicas que deem oportunidade de vivenciar, conhecer e valorizar as práticas indígenas e afro-diaspóricas (SANCHES NETO, 2014; PEREIRA *et al.*, 2019).

INDIGENOUS CORPOREAL PRACTICES AND RELATIONS WITH PE IN THE CURRICULUM OF CAUCAIA

ABSTRACT

The history of Caucaia is imbued in indigenous relations, so educational issues would not be far from these approaches. Thus, the objective is to analyze the indigenous ethnic-racial relations in PE laid out in the curriculum of the municipality of Caucaia. Using the document analysis method. The document does not advance in relation to the BNCC and indigenous practices are only in three thematic units. Finally, it is necessary to promote and implement social justice themes in the curriculum.

KEYWORDS: *indigenous ethnic-racial relations; corporeal practices; curriculum.*

PRÁCTICAS CORPORALES INDÍGENAS Y LAS RELACIONES CON EFE EN EL CURRÍCULO DE CAUCAIA

RESUMEN

La historia de Caucaia está imbuida de las relaciones indígenas, por lo que los temas educativos no estarían lejos de estos enfoques. De esta forma, el objetivo es analizar las relaciones étnico-raciales indígenas en la EF recogidas en el currículo del municipio de Caucaia. Usando el método de análisis de documentos. El documento no avanza en relación al BNCC y las prácticas indígenas se encuentran solo en tres unidades temáticas. Finalmente, es necesario promover e implementar temas de justicia social en el currículo.

PALABRAS CLAVES: *relaciones étnico-raciales indígenas; prácticas corporales; reanudar.*



REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão homologada. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 20 jun. 2021

_____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021

CAUCAIA. Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular do Município de Caucaia**: Ensino Fundamental anos iniciais / Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia – Caucaia: SEDUC, 2020.

CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará**: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019.

ETO, J.; NEIRA, M. G. Reflexões sobre as propostas curriculares de Educação Física do município de São Paulo e dos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro. **Revista Ibero-Americana de Educação**, v. 64, n.1, pp. 01-11, jan., 2014.

FREITAS, L. C. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores educacionais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, pp. 48-59, ago., 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos municípios brasileiros. XVI volume, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, 560pp.

MACEDO, E. F. Fazendo a base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, pp. 39-58, jan./maio. 2019.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, pp. 465-476, set./dez. 2006.

PEREIRA, A. S. M.; GOMES, D. P.; CARMO, K. T.; SILVA, E. V. M. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de fortaleza/ce. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 4, p. 412-418, out./dez. 2019.

SANCHES NETO, L. **O processo de elaboração de saberes por professores-pesquisadores de educação física em uma comunidade colaborativa.** Rio Claro -SP: Universidade Estadual Paulista, 2014. Tese (Doutorado em Formação Profissional, Campo de Trabalho e Ensino da Educação Física).

SANCHES NETO, L.; VENÂNCIO, L. A luta por visibilidade das afrolatinas como desafio curricular à educação física antirracista. *In:* FILGUEIRAS, I. P.; MALDONADO, D. T. (Orgs.). **Currículo e prática pedagógica de educação física escolar na América Latina.** Curitiba: CRV, 2020. pp. 29-41.

SANTOS, D. M.; JABOIS, D. P.; VILAS BOAS, T. M.; FREIRE, E. S.; MARQUES, B. G. A dimensão curricular da Educação Física Escolar na América Latina: diálogos possíveis entre Brasil – Colômbia – Chile. *In:* FILGUEIRAS, I. P.; MALDONADO, D. T. (Orgs.). **Currículo e prática pedagógica de educação física escolar na América Latina.** Curitiba: CRV, 2020. pp. 61-78.

VENÂNCIO, L., BRUNO, B. D., SILVA, I. C. C., FLOR, B. J. M. S., GONÇALVES, Y., SANCHES NETO, L. TEMAS E DESAFIOS (AUTO)FORMATIVOS PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA À LUZ DA DIDÁTICA E DA JUSTIÇA SOCIAL. **Cenas Educacionais**, Caetité(BA), v.4, pp. 01-40, 2021.